

**Gênero, transexualidade e educação:** reconhecimento e dificuldades para emancipação

Guilherme Paiva de Carvalho<sup>1</sup>  
Aryanne Sérgio Queiroz de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo analisa a relação entre gênero, transexualidade e educação, refletindo sobre o reconhecimento do sujeito transexual na instituição educacional no Brasil. Para tanto, o estudo discute o conceito de identidade de gênero e transexualidade a partir do ponto de vista do saber médico e das ciências humanas. Por meio de entrevistas com professores/as do ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte, a pesquisa mostra que a problemática de gênero é pouco estudada no sistema educacional. Considerando a perspectiva dos/as professores/as entrevistados/as, apesar do questionamento acerca da teoria da oposição binária da sexualidade, os discursos evidenciam a falta de reconhecimento do sujeito transexual na educação superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Gênero. Transexualidade. Educação.

**Gender, transsexuality and education:** recognition and difficulties for emancipation

## ABSTRACT

This paper analyses the relationship between gender, transsexuality and education, reflecting about the recognition of the transsexual subject in the educational institution in Brazil. In order to do so, the study discusses the concept of gender identity and transsexuality from the standpoint of medicals knowledge and humans sciences. By means of interviews

---

1 Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN) . Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/UFERSA/IFRN). E-mail: [guimepaivacarvalho@gmail.com](mailto:guimepaivacarvalho@gmail.com)

2 Mestra em Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN) . Bacharel em Direito pela UERN. E-mail: [annegetinha@hotmail.com](mailto:annegetinha@hotmail.com)

with professors of the higher education in the state of Rio Grande do Norte, the research shows that the gender problematic is little studied in the educational system. Considering the vision of the professors interviewed, in spite of the questioning about the theory of the binary opposition of sexuality, the discourses evidences the lack of recognition of the transsexual subject in higher education in Brazil.

**Keywords:** Gender. Transsexuality. Education.

**Género, transexualidad y educación:** reconocimiento y dificultades para emancipación

## RESUMEN

El artículo analiza la relación entre género, transexualidad y educación, reflexionando sobre el reconocimiento del sujeto transexual en la institución educativa en Brasil. Para ello, el estudio discute el concepto de identidad de género y transexualidad desde el punto de vista del saber médico y de las ciencias humanas. A través de entrevistas con profesores (as) de la enseñanza superior en el Estado de Rio Grande do Norte, la investigación evidencia que la problemática de género es poco estudiada en el sistema educativo. Considerando la perspectiva de los (as) profesores (as) entrevistados (as), pese el cuestionamiento acerca de la teoría de la oposición binaria de la sexualidad, los discursos evidencian la falta de reconocimiento del sujeto transexual en la educación superior en Brasil.

**Palabras clave:** Género. Transexualidad. Educación.

## Introdução

Apesar da diversidade cultural que caracteriza o ser humano, o reconhecimento de pessoas ou grupos sociais que subvertem os padrões comportamentais aceitos pela sociedade, mesmo em organizações políticas democráticas que tomam como referência os direitos humanos, é incipiente. A ausência de reconhecimento das alteridades está associada à invisibilidade de indivíduos ou modos de identificação simbólica, gerando menosprezo, privação de direitos e reprodução de desigualdades por meio de práticas discursivas que constituem estruturas simbólicas.

No âmbito educacional – principalmente em sociedades democráticas que possuem o ensino formal massificado –, a falta de reconhecimento de sujeitos que apresentam um modo de identificação diferenciado dos padrões morais reconhecidos e legitimados pelas estruturas simbólicas e representações culturais dominantes na sociedade dificulta a participação de algumas pessoas na vida social. A falta ou a ausência de reconhecimento – bem como práticas discriminatórias, situações de humilhação e estigmatização, invisibilidade e menosprezo – pode gerar sentimentos de injustiça entre crianças, adolescentes e jovens durante o percurso escolar.

Ao referir-se a casos de menosprezo social e desigualdades de oportunidade na sociedade, Honneth (1997, p.52) sugere que “o desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está em princípio ligado ao pressuposto de determinados atos de reconhecimento por parte de outros sujeitos”. Pesquisas no campo educacional, em sociedades que possuem o ensino massificado, têm enfatizado a relação entre reconhecimento e desigualdades de gênero no espaço escolar.

Em Portugal, Resende, Caetano e Dionísio (2014, p.12) analisaram “os sentimentos de injustiça na construção da identidade de gênero com os sentimentos de humilhação e de não reconhecimento” entre estudantes de escolas secundárias, situadas em diferentes regiões e com estruturas sociais adversas. Tomando como objeto de estudo a realidade educacional chilena, Caviédes, Fernández e Barrientos (2006) abordaram as desigualdades de gênero no espaço escolar. A partir da noção de equidade e justiça cultural/simbólica de Nancy Fraser (1997), as pesquisadoras mostraram que as escolas chilenas reproduzem estereótipos e modelos hierárquicos entre homens e mulheres.

Na perspectiva de Fraser e Honneth (2003), a falta de reconhecimento impede a pessoa de participar da vida em sociedade. A problemática do reconhecimento é associada a um nível cultural e simbólico, bem como aos modos de representação dos indivíduos e grupos sociais no nível político. Significações e representações culturais, baseadas em estereótipos, dificultam a participação de indivíduos que apresentam modos de identificação transgressores de padrões de conduta estabelecidos por discursos e saberes hegemônicos.

A ausência ou a falta de reconhecimento social pode ser observada no tocante ao sujeito transexual. Em sua genealogia das relações de poder, Foucault (1979) mostrou como os saberes científicos e as práticas

discursivas da medicina produzem discursos de verdade. Assim como outras categorias conceituais associadas a comportamentos desviantes, a transexualidade se constitui como construção discursiva do saber médico.

Considerando os modos de representação cultural de pessoas e grupos sociais no âmbito educacional, o presente estudo analisa o reconhecimento da identidade de gênero e do sujeito transexual na instituição escolar, a partir da perspectiva de docentes do ensino superior de universidades brasileiras. Pretende-se, assim, verificar se a Resolução Nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CND/LGBT), órgão ligado ao governo federal do Brasil – que institui parâmetros à permanência de indivíduos transexuais no espaço escolar – contribuiu ao reconhecimento da identidade de gênero do sujeito transexual no âmbito universitário.

Considerando a relevância das áreas da saúde e do direito na produção de discursos e saberes sobre as identidades de gênero e o sujeito transexual, o estudo utilizou uma metodologia qualitativa com o uso de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados/as profissionais que atuam como docentes universitários/as nessas áreas do conhecimento, nas maiores universidades da cidade de Mossoró-RN, quais sejam: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); e Universidade Potiguar (UnP). A amostra é composta por 12 (doze) professores/as universitários/as dessas instituições de ensino. A análise de conteúdo subsidiou o estudo do material coletado na pesquisa de campo.

Com o intuito de estabelecer uma relação entre gênero, transexualidade e educação, toma-se como referência o modo como a concepção de gênero foi construída por discursos da medicina e em abordagens das ciências humanas. Assim, a perspectiva de docentes sobre a identidade de gênero e o sujeito transexual é analisada a partir de concepções dessas duas áreas do conhecimento. A pesquisa partiu dos seguintes questionamentos: quais as concepções de professores/as do ensino superior sobre a identidade de gênero e o sujeito transexual? Em que sentido as concepções de identidade de gênero de docentes do ensino superior possibilitam o reconhecimento do sujeito transexual na instituição escolar?

Vale ressaltar que para abordar o reconhecimento da identidade de gênero do sujeito transexual no âmbito educacional é importante re-

tomar o conceito de gênero, levando em consideração a construção teórico-científica dessa categoria. Nesse sentido, para a análise dos dados coletados, foram utilizadas como referência as abordagens que tratam da problemática de gênero (SCOTT, 1995; BUTLER, 2010; BENTO, 2006), os discursos da medicina (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993) e a teoria do reconhecimento de Fraser (2006).

## **Oposição binária e multiplicidade da significação de gênero**

“Gênero” pode ser entendido como uma categoria conceitual produzida por discursos científicos, caracterizada, portanto, como uma construção cultural situada em um determinado contexto histórico-social. Nas ciências humanas, o termo “gênero” surge por volta da década de 1970. “Na sua utilização mais recente, o termo ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas em sexo” (SCOTT, 1995, p.72). Em tal contexto, a proposta inicial era analisar os sentidos atribuídos aos papéis e às identidades sexuais em espaços sociais diferenciados e períodos históricos específicos.

Dessa maneira, na década de 1970, o uso do conceito de “gênero” restringia-se às pesquisas científicas sobre as mulheres. Como forma de legitimação dos estudos científicos referentes à história das mulheres nas Ciências Sociais, a ideia de “gênero” é concebida como uma construção cultural que pressupõe o estabelecimento de relações assimétricas entre homens e mulheres.

No tocante ao gênero, as identidades associadas ao feminino, ao masculino, à transexualidade, ou à intersexualidade – entre outras designações que constituem modos de identificação diversificados – são construídas por meio de práticas discursivas, relações sociais e culturais vivenciadas no cotidiano de comunidades, grupos ou sociedades (SCOTT, 1995).

Constituídas por meio de um processo relacional, interativo e complexo entre indivíduo e estruturas sociais, modos de subjetivação se formam a partir de práticas e discursos, fator que perpassa por relações de gênero estabelecidas no cotidiano de determinado espaço cultural e social. As pessoas constituem as suas identidades no convívio familiar e nas interações sociais, relacionando-se com modos simbólicos de iden-

tificação. A constituição da identidade de gênero perpassa por significações, modos de identificação simbólica e relações complexas de poder.

De acordo com Scott (1995), o gênero institui relações sociais fundadas na percepção de diferenças entre os sexos. Desse modo, o conceito de gênero envolve relações de poder, nas quais os corpos adquirem sentido. Na perspectiva de Scott (1995, p.86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, consistindo em “uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

A ênfase na relação binária entre masculino e feminino é um aspecto que se evidencia nas análises históricas da sociedade, da sexualidade e do corpo. Na visão de Riley (1988, p.7), “a atemporalidade da oposição binária do antagonismo sexual” aparece como invariante, refletindo-se na diferenciação entre homens e mulheres. Scott (1995, p.84) considera necessária “uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual”.

A filósofa norte-americana Judith Butler (2010) questiona a ordem biológica e a oposição binária do gênero. Para tanto, a autora propõe uma “genealogia crítica das categorias de gênero em campos discursivos muito distintos” (BUTLER, 2010, p.10). Com a reprodução de discursos científicos na biologia e na medicina, que reforçam a oposição binária da sexualidade, as identidades de gênero que não se adequam às categorizações de masculino e feminino são consideradas desviantes do padrão de normalidade.

Na perspectiva de Butler (2010), as figuras do “homem” e da “mulher” não se restringem à condição do ser macho e do ser fêmea. Estas terminologias são vistas como construções sociais e culturais, ou seja, códigos simbólicos e efeitos de discursos de verdade no campo científico. A constituição das identidades de gênero está ligada ao falocentrismo e à institucionalização da heterossexualidade. Indivíduos com comportamentos que transgridem o padrão heterossexual são reprimidos por estruturas de poder.

Butler (2010, p.28) vê como “discurso cultural hegemônico” sobre a sexualidade e a identidade de gênero a concepção baseada “em estruturas binárias”. Teorias essencialistas e universalistas da identidade feminina fundamentam a universalidade da mulher a partir da maternidade ou do fator biológico da reprodução. “A regulação binária da se-

xualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutora e médico-jurídica” (BUTLER, 2010, p.41). A teoria da oposição binária da sexualidade baseia-se no “discurso médico-legal da heterossexualidade naturalizada” (BUTLER, 2010, p.46).

No âmbito da saúde, os discursos científicos sustentam a visão dicotômica da sexualidade. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – APA) e o Código Internacional de Doença (CID – OMS) da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e da Organização Mundial da Saúde, respectivamente, a transexualidade é considerada uma patologia. A Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 (1993) considera o transexualismo como uma inadaptação ao próprio sexo. Ao sustentarem que a transexualidade consiste em uma disforia ou um transtorno identitário, tanto o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – APA) quanto o Código Internacional de Doença (CID – OMS) desconsideram a diversidade da identidade de gênero.

A homossexualidade, assim como a transexualidade, está dentro da cultura, mas transgride os discursos hegemônicos baseados na heterossexualidade normativa. Na visão de Butler (2010, p.152), o sexo é “múltiplo e difuso em seus prazeres e modos de significação”. Da multiplicidade de peças gerada pelo fracionamento do gênero, desencadeia-se um leque de significados associados aos corpos. Butler (2010, p. 163) — parafraseando Simone de Beauvoir — vê o gênero como uma “construção cultural variável do sexo, uma miríade de possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo sexuado”. Nos discursos das Ciências Humanas, o gênero é definido a partir da noção de multiplicidade.

## **Os sujeitos transexuais e a problemática da identidade de gênero**

A partir de pesquisas sobre a transexualidade, Berenice Bento (2006, p.25) evidenciou como discursos e saberes constituíram um modelo de ‘transexual oficial’. Em razão disso, todo indivíduo que se auto-denomina transexual deverá possuir caracteres idênticos ao padrão heterossexual.

O/a transexual oficial’ [...] a) odeia seu corpo; b) é assexuado/a; c) deseja realizar cirurgias para que possa

exercer a sexualidade normal, a heterossexualidade, com o órgão apropriado. Sugiro ao contrário, que eles/as não solicitam as cirurgias motivados/as pela sexualidade, tampouco são assexuados/as: querem mudanças em seus corpos para ter inteligibilidade social. Se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano (BENTO, 2006, p. 25).

A autora sugere que os sujeitos transexuais que não correspondem a cada item elencado como pré-requisito para ser um transexual 'de verdade' almejam "a inteligibilidade social" em decorrência de práticas de discriminação e estigmatização, que os colocam à margem do universo humano. Deixando de ser considerados como transexuais legítimos, muito menos como seres humanos, acabam tornando-se pessoas marginalizadas pela sociedade.

Os sujeitos transexuais buscam o reconhecimento social ao se submeterem ao processo transexualizador, permitindo a consumação de métodos cirúrgicos em seus corpos para que sejam aceitas no meio social. Tal pretensão é derivada do preconceito que sofrem no cotidiano – desde os espaços que frequentam até os saberes que configuram a ordem simbólica –, em razão de possuírem caracteres diferentes daquilo que a heterossexualidade normativa dita como correto.

Ao diferir das normas constituídas socioculturalmente, o transexual é espreitado como "[...] a própria 'coisa estranha', aquilo que não tinha nome, uma coisa, inclassificável, nem homem, nem mulher: a própria materialização do grotesco" (BENTO, 2006, p. 57). Nesse seguimento, a posição do indivíduo citado é distante do que se considera 'normal' na sociedade, gerando um sentimento de não-pertencimento ao universo dos seres humanos.

A transformação no corpo do sujeito transexual garante-lhe uma significação simbólica de acordo com os padrões da heterossexualidade. Na busca da transformação do corpo, geralmente o que se almeja é uma mudança de comportamento dos outros perante a sua identidade de gênero. No convívio social, o sujeito transexual incorpora preconceitos e a ideia de que as outras pessoas podem deixar de ter comportamentos discriminatórios se o seu corpo for transformado, conformando-se a uma das identidades postuladas pela oposição binária. Assim, a pessoa imagina que será diretamente proporcional à conversão

das condutas preconceituosas em decorrência da sua própria transformação corpórea.

Tomando como referência os discursos científicos, os corpos transexuais só passam a ser considerados normais quando se submetem à redesignação de sexo, adaptando-se às normas previamente estabelecidas pelas ciências médicas, que ditam o que é 'normal'. Ao prescreverem qual o corpo ideal para o sujeito que se autodenomina como homem ou como mulher, o saber médico limita as identidades dos indivíduos transexuais, ao mesmo passo que as constrói, moldando-as em conformidade com os padrões heteronormativos.

Em decorrência disso, o sujeito ora em exame não é compreendido em sua inteireza, sendo considerado como um ser doente, como alguém alterado psicologicamente. Assim, os discursos científicos da medicina enfatizam a necessidade de cuidados de uma equipe multidisciplinar para analisar o transtorno que o acomete e guiá-lo à normalidade. Neste sentido, o saber médico ocupa o topo da hierarquia discursiva, sendo a única instância capacitada para produzir verdades sobre a transexualidade.

Desse modo, o estereótipo patologizante do sujeito transexual é construído por discursos que caracterizam as pessoas que se autoidentificam como transexuais. Por outro viés, para ser reconhecido na sociedade, é necessário se enquadrar no padrão construído pelos discursos científicos. A homogeneidade das identidades é uma utopia que insiste em ser aplicada aos sujeitos pelas ciências da Saúde.

Assim, o/a transexual deverá se posicionar como possuidor/a de uma identidade de gênero contrária ao seu sexo biológico e desejar modificar o seu corpo para se adequar ao padrão de gênero heterossexual. Deverá também repetir fielmente todo o ideal de performance masculino ou feminino que constitui a ordem simbólica heteronormativa.

## **Método e abordagem da pesquisa**

Para tratar da constituição da identidade de gênero e dos direitos do sujeito transexual, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa. Foram realizadas entrevistas com docentes do ensino superior no período de maio a junho de 2016, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturado. Na visão de Laurence Bardin (2011, p.141), "a análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobre-

tudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais”. Nesse sentido, significados e sentidos subjetivos podem ser explorados de forma mais abrangente por meio de uma abordagem qualitativa.

A presente investigação propõe analisar aspectos subjetivos referentes às opiniões dos profissionais das áreas médica e jurídica que atuam como docentes do ensino superior, apresentando-se como uma situação complexa e particular. Assim, como procedimento metodológico, adotou-se a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011, p.34), “a análise de conteúdo pode ser uma análise dos ‘significados’” que permite uma compreensão de dados qualitativos.

Foram realizadas 12 (doze) entrevistas com docentes da área Jurídica e da área das Ciências da Saúde – 06 (seis) de cada área, questionando-se a compreensão deles/as acerca do conceito de identidade de gênero e a visão acerca do sujeito transexual. O quadro a seguir identifica a profissão e a titulação de cada profissional entrevistado.

Tabela 01 – Especificação das profissões, idade e titulação dos/as docentes entrevistados/as.

<b>Docentes</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade</b>	<b>Titulação</b>
PJ-01	Advogado	39 anos	Especialista
PJ-02	Advogada	39 anos	Mestre
PJ-03	Promotor	48 anos	Mestre
PJ-04	Promotor	41 anos	Especialista
PJ-05	Advogado	37 anos	Especialista
PJ-06	Advogado	44 anos	Doutorando
PS-01	Psicólogo	53 anos	Mestrando
PS-02	Psicóloga	55 anos	Graduada
PS-03	Bióloga	37 anos	Especialista
PS-04	Médica	37 anos	Mestre
PS-05	Psiquiatra	37 anos	Especialista
PS-06	Médica	39 anos	Especialista

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa de campo (2016).

Os 06 (seis) docentes da área Jurídica foram identificados pela sigla “PJ”, significando “profissional jurídico”, assim como os 06 (seis) da

área das Ciências da Saúde obtiveram a identificação “PS”, com o significado de “profissional da saúde”. Dessa forma, os docentes “PJ” entrevistados foram 03 (três) advogados, 01 (uma) advogada e 02 (dois) promotores, enquanto o grupo “PS” é formado por 02 (duas) médicas, 01 (um) psicólogo, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) bióloga e 01 (um) psiquiatra, que lecionam nas universidades citadas. A faixa etária desse conjunto “PJ” é de 37 a 48 anos de idade, enquanto o grupo “PS” possui a faixa etária de 37 a 55 anos de idade. No que tange à titulação, 06 (seis) dos 12 (doze) docentes possuem Especialização, 03 (três) são Mestres, 01 (um) está cursando Mestrado e 01 (um) cursando Doutorado.

As entrevistas realizadas com os/as profissionais da área Jurídica foram concentradas na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e na Universidade Potiguar (UnP), ambas situadas no Campus de Mossoró-RN, enquanto os/as docentes da área das Ciências da Saúde foram escolhidos/as dentro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e na Universidade Federal do Semi-árido (UFERSA), localizadas igualmente nos *Campi* de Mossoró-RN. O período de realização das entrevistas com os/as docentes de ambas as áreas foi entre o mês de maio e junho de 2016.

## **A transexualidade na perspectiva de docentes do ensino superior**

A identidade transexual é construída não só pelo sujeito em si, mas por uma gama de saberes que perpassam o indivíduo, constituindo uma visão acerca da estrutura corporal, seja por meio de discursos ou de técnicas cirúrgicas e hormonais aplicáveis. Viver a condição transexual não é algo simples, haja vista que a sociedade como um todo cobra comportamentos heteronormativos e legitima o saber/poder associado à noção de transexualidade, reproduzindo os enunciados das ciências médicas e jurídicas.

A normatividade médico-legal utiliza-se de uma série de instrumentos – protocolos, laudos, relatórios, exames e decisões – para deliberar sobre a *via crucis* que a pessoa transexual terá que percorrer dentro dos hospitais e dos tribunais. Tendo em vista as limitações da abordagem qualitativa para uma visão generalizada, em razão de discussões incipientes no âmbito do ensino superior, e o fato de ser considerada como uma patologia pelo discurso médico, a transexualidade recebe pouca atenção de profissionais dos referidos âmbitos do saber.

Tomando como referência a análise de conteúdo, percebeu-se um conhecimento rudimentar sobre a identidade de gênero e o sujeito transexual. Os/as docentes entrevistados/as – das duas áreas em questão –, na maioria das interpelações, revelaram que não tiveram nenhum conhecimento na época de suas formações quando cursaram a graduação. A partir das falas, percebeu-se que os livros das áreas das Ciências da Saúde e da área Jurídica praticamente não trazem informações relacionadas à identidade de gênero. Nota-se igualmente que poucos/as se interessaram em realizar pesquisas ou debates sobre a temática em sala de aula e os/as poucos/as que apresentaram uma visão sobre a problemática da pluralidade da identidade de gênero, demonstram conhecimentos superficiais, tratando-a como uma questão secundária.

Com relação ao aspecto biológico que envolve comumente a questão de identidade de gênero, 02 (dois) entrevistados mencionaram que é “o gênero composto com aquilo que o sujeito se identifica que não necessariamente é o gênero biológico” (PS-05) e que “é a identidade que a pessoa escolheu pra si, né?! Independe do sexo biológico que ele tenha, é como se sente. [...]É como ela se sente, a pessoa como ela se sente realmente” (PS-06). Analisando tais falas, observa-se a ênfase na liberdade de escolha da pessoa. É importante destacar a referência ao gênero biológico. Na visão do/a docente, a identidade independe do sexo biológico. Percebe-se nas falas o destaque atribuído ao “gênero biológico” ou ao “sexo biológico”.

A liberdade de escolha da identidade e a diferenciação entre identidade e sexualidade poderiam ser associadas à pluralidade de gênero (BUTLER, 2010). No entanto, não há uma problematização acerca da identidade de gênero. Ademais, a concepção de “gênero biológico” ou “sexo biológico” pode ser associada a uma concepção dicotômica do gênero, estabelecida pelos discursos da medicina (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993). Observa-se que as falas elaboram uma noção de identidade de gênero baseada na independência entre o que se tem na estrutura corpórea e o que se é, psicologicamente.

Por meio do olhar comum, advindo do sistema heteronormativo binário – masculino *versus* feminino –, reproduz-se a ideia de que gênero é equivalente àquilo que se refere ao sexo biológico do sujeito. Nos discursos dos/as docentes entrevistados/as, tanto da área das Ciências da Saúde quanto da área jurídica, foram observadas referências ao bina-

rismo nas questões associadas ao conceito de gênero. Verificou-se que dos/as 06 (seis) docentes da área jurídica, 04 (quatro) mencionaram que o gênero está relacionado com o binômio homem/mulher, masculino/feminino.

Para um dos docentes entrevistados, o conceito “[...] de gênero, a visão que a gente sempre teve é de relacionada a sexo, né? Masculino ou feminino” (PJ-01). Dessa maneira, o modo de representação cultural relaciona-se com a oposição binária dos discursos da medicina (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993). Uma docente aduz que sua “[...] visão até pouco tempo era um conceito clássico né?! O binário homem e mulher [...]”, mas que “[...] de alguns tempos para cá, principalmente provocado por alguns alunos, [...] passei a fazer algumas pesquisas, ou melhor, algumas leituras e ampliar esse, vamos dizer assim, esse leque, né?! Segundo a entrevistada, “[...] hoje nós estamos, digamos assim, desconstruindo essa ideia do binarismo, descobrindo que as pessoas são mais complexas do que parecem. Então, acho que de fato não há só essa, vamos dizer assim, classificação possível homem-mulher, acho que há muitas possibilidades de identidade sexual” (PJ-02).

Entre os/as profissionais entrevistados/as da área das Ciências da Saúde também seguem o mesmo viés de pensamento em relação ao conceito de gênero. Uma docente da área da saúde confirma tal afirmativa ao dizer que “[...] *“é realmente aquela visão masculino/feminino, é o que vem há muito tempo, né? Nessa caminhada da vida”* (PS-02). Ainda sobre o conceito ora em análise, outra docente da área da saúde elabora uma reflexão acerca do assunto, quando expõe que “[...] *esse conceito ele tem vindo muito à tona atualmente, um conceito que tá desmistificando bastante, que antes a gente tinha aquele conceito muito fechado, né? do sexo masculino e feminino”* (PS-03).

Neste sentido, nota-se que mesmo seguindo a ótica da oposição binária, há uma reflexão sobre o assunto, ainda que mínima, por parte do corpo docente entrevistado. As falas mostraram que a problemática de gênero não é aprofundada e nem trabalhada de maneira sistemática, ou mesmo de modo superficial em conteúdos de disciplinas no ensino superior, como pode ser vislumbrado no seguinte relato de um docente da área jurídica:

[...] eu não tenho um conceito predefinido de gênero, mas eu aceito todo e qualquer terminologia que se possa a tentar, a colocar. Na verdade, o que eu acho

importante não é uma conceituação [...] ou outra. Na verdade o que eu acho verdadeiramente muito importante é a questão do respeito das individualidades (PJ-05).

Na perspectiva de profissionais da área Jurídica, o que se percebe é que há uma tentativa de desviar-se da problemática de gênero e da concepção heteronormativa imposta socialmente para se sustentar o discurso do respeito à individualidade do sujeito, buscando superar o sistema heteronormativo culturalmente perpetuado sem considerar os efeitos e consequências sociais da construção discursiva baseada na oposição binária. Neste viés, um entrevistado da área jurídica acentua que *“a ideia de gênero é [...] uma forma de autoafirmação para evitar a sobreposição e imposição de um pensamento, de uma visão sobre outra”* (PJ-06). De acordo com a visão do docente, a concepção de gênero estaria associada a um modo de autoafirmação da pessoa, ou a uma necessidade do sujeito autodeclarar-se, de um gênero ou de outro no intuito de fugir de um padrão, de ser autônomo perante a sociedade.

Com as dificuldades em decorrência de processos de estigmatização, o sujeito transexual busca *“a inteligibilidade social”* (BENTO, 2006), ou o reconhecimento da sociedade (FRASER, 2006), direcionando a sua conduta de acordo com ditames, saberes e discursos que constituem a sua identidade a partir da heterossexualidade normativa. No convívio social, as pessoas incorporam visões sobre as identidades de gênero.

Nesta senda, um docente da área da saúde destacou que compreende gênero *“[...] como uma construção social. Algo que vai se construindo, as pessoas vão compreendendo e vão internalizando essa ideia”* (PS-01). Afirma também que *“o próprio ambiente social, a própria sociedade que passa a construir ou a conformar a ideia de gênero”* (PS-01).

A internalização no sujeito do conceito ora em exame é fruto de uma propagação e repetição de valores, cotidianamente difundidos dentro do meio sociocultural, os quais as pessoas de maneira inconsciente absorvem durante a própria construção subjetiva. Essa construção não ocorre repentinamente, de maneira pronta e acabada, mas sim, de modo bem repetitivo no decorrer do tempo e da formação dos sujeitos.

Analisando as respostas dos 02 (dois) grupos de docentes – das Ciências da Saúde e Jurídicas –, percebeu-se que há uma ausência praticamente generalizada de debates sobre a identidade de gênero

no âmbito universitário. Na opinião da maioria dos/as profissionais envolvidos/as, não se discute sobre o tema na universidade, a não ser de maneira geral, sem entrar em muitos detalhes. Um entrevistado da área jurídica mencionou que abordou o tema da transexualidade em forma de seminário em uma disciplina de direitos humanos.

[...] talvez não haja uma abordagem direta, um tema exclusivo, dizendo assim: a transexualidade. Mas eu acho que dentro do Direito, isso é tratado sim! Porque o Direito é uma ciência que trata sobre [...] o sistema jurídico como um todo, suas possibilidades e impossibilidades, seus direitos e suas obrigações, e de uma certa forma ou de outra, eu acho que direta ou indiretamente se trata desse assunto, ainda que não uma questão, é...específica [...]. Se bem que já existem professores, já abrindo temáticas específicas sobre isso, abrindo discussões com os alunos exclusivamente sobre isso. Eu mesmo no passado até ensinei, lecionei a disciplina de direitos humanos e lembro que nós tínhamos seminários, a gente fazia seminários com os alunos e a gente discutia vários temas polêmicos, como a transexualidade, como a transfusão de sangue (PJ-05).

Docentes da área da saúde destacaram que objetivamente não se discute em sala de aula sobre a identidade de gênero. Uma docente afirmou há “[...] *uma aula, na grade inteira da Medicina, e só. E dentro disso se cita o transtorno de identidade de gênero e não se entra mais em maiores verdades*” (PS-05). Assim, a pesquisa de campo evidenciou a ausência da discussão sobre a problemática de gênero na grade curricular de um curso de Medicina.

Um docente da área jurídica disse que se “[...] *deve partir das universidades ampliar a pesquisa, discutir. Mas se formos dissecar a lei, estudar o que a lei, a Constituição determina, a gente vê de maneira muito tímida isso aí*” (PJ-01). Isto é, além do entrevistado destacar que existe uma insuficiência de discussões nas universidades, ele opina que estas deveriam ampliar o debate, pois é realizado de forma muito acanhada.

## **Considerações finais**

No Brasil, o impedimento da alteração de documentos civis, bem como a exigência de laudos médicos que certifiquem a transformação corporal dificulta o reconhecimento social do sujeito transexual.

Modos estereotipados de representação cultural são obstáculos para o reconhecimento e dificultam a participação dos sujeitos transexuais na vida social. Desse modo, apesar de se constituir como um Estado Democrático de Direito, na sociedade brasileira as pessoas transexuais não têm acesso a direitos fundamentais.

Na instituição escolar, a ausência de reconhecimento, a invisibilidade e as formas simplificadas de visão das identidades de gênero levam a práticas discriminatórias que dificultam a inclusão, o percurso e a permanência dos sujeitos transexuais nesse espaço social. A ausência de maiores esclarecimentos sobre a identidade de gênero nos currículos de cursos universitários revela que há uma carência de conhecimento por parte dos/as docentes envolvidos/as com o saber jurídico e com o saber das Ciências da Saúde, havendo uma necessidade de ampliar a pesquisa sobre a identidade de gênero e os sujeitos transexuais.

Em disciplinas do ensino superior, além de ser pouco debatida, a transexualidade é tratada como uma questão polêmica. Dependendo do modo como a temática da identidade de gênero é trabalhada, podem ser reforçados estereótipos e visões simplificadas do sujeito transexual. Tratar a transexualidade, a intersexualidade ou a pluralidade da identidade de gênero como polêmica pode conduzir a uma associação com os padrões heteronormativos. Ao abordar a identidade de gênero dos sujeitos transexuais a partir de uma visão associada à polêmica e excentricidade, os saberes médicos e jurídicos reforçam a teoria da oposição binária e a concepção da heterossexualidade normativa.

A pesquisa de campo indicou que, apesar da maioria dos/as docentes das áreas médica e jurídica questionarem a visão dicotômica baseada nas categorias conceituais de masculinidade e feminilidade, as suas falas revelam um conhecimento superficial da problemática da identidade e do sujeito transexual.

A partir da pesquisa, conclui-se que as concepções de identidade de gênero de docentes do ensino superior pouco contribuem ao reconhecimento do sujeito transexual no espaço escolar. Dessa maneira, não se percebe uma mudança significativa nas práticas educacionais no ensino superior com a Resolução Nº 12/2015 do CND/LGBT. A ausência da abordagem sobre a problemática da identidade de gênero em áreas relevantes no tocante à construção de conceituações simbólicas associadas à transexualidade reflete a falta de reconhecimento do sujeito transexual no âmbito educacional.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013. Disponível em: <<https://www.psychiatry.org/patients-families/gender-dysphoria/expert-qa>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD, LGBT. Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 mar. 2015. Seção 1, p. 3.

CAVIEDES, Elizabeth Guerrero; FERNÁNDEZ, Patrícia Provoste; BARRIENTOS, Alejandra Valdés. Acesso a la educación y socialización de gênero en un contexto de reformas educativas. In: **Equidad de género y reformas educativas**. Santiago de Chile: Hexagrama-FLACSO-IESCO, 2006, p.7-50.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus**: Critical Reflections on the Postsocialist Condition. New York & London: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p.231-239, 2006.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution and recognition: a political exchange**. London & New York: Verso, 2003.

HONNETH, Axel. **La Lucha por el Reconocimiento**: Por una gramática moral de los conflictos sociales. Traducción castellana de Manuel Ballester. Barcelona: Novagràfik, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n 2, jul./dez. 1995.

RILEY, Denise. **“Am I That Name?”**: Feminism and the Category of “Women” in History. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

RESENDE, José; CAETANO, Pedro; DIONÍSIO, Bruno. Das experiências de (des)qualificação das pessoas à precariedade dos laços entre os seres que habitam o mundo escolar. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v.7, n.1, 2014.

Recebido em: Setembro 2017

Aprovado em: Novembro 2017